

A GESTÃO DA CONSERVAÇÃO DE CIDADES HISTÓRICAS DO SUL DO BRASIL: UM ESTUDO CRÍTICO E COMPARATIVO ENTRE LAGUNA/SC E PELOTAS/RS.

PRISCILA MARIA DIAS BERTONCINI¹; CARLOS ALBERTO ÁVILA SANTOS²

¹PPGMP/UFPEL – priscilabertoncini@gmail.com

²UFPEL – betosant@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz as principais considerações da dissertação em andamento – Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural – que tem como objetivo o estudo crítico e comparativo da gestão da conservação de prédios históricos de duas cidades do sul do Brasil: Laguna, em Santa Catarina; e Pelotas, no Rio Grande do Sul.

O Tratado de Tordesilhas, que apontava Laguna como o último ponto ao sul do domínio português, não foi suficiente para barrar as iniciativas da Coroa em expandir suas fronteiras. “Entre a Colônia do Sacramento e Laguna, ficava uma terra ainda não explorada pelas potências ibéricas” (GUTIERREZ, 1993, p. 15). Dessa maneira, em 1703, Domingos da Filgueira partiu de Colônia do Sacramento em direção à Laguna, para estabelecer uma rota por terra com o restante do país: o Caminho da Praia.

O crescimento das duas localidades, além de se relacionar com o contexto de expansão territorial e de desenvolvimento do sul do Brasil, teve momentos de apogeu econômico, que concorreram para a edificação dos exemplares arquitetônicos de interesse histórico (IPHAN, 2009; MAGALHÃES, 1993).

Com a exploração e a exportação do charque e seus derivados, Pelotas tornou-se “a cidade que seria, durante todo o século XIX, a mais rica e adiantada da Província, ao lado de Porto Alegre” (RIBEIRO, 2013, p. 39), cujo crescimento predial da linguagem eclética ocorreu a partir da década de 1870 (SANTOS, 2007). Também no século XIX, Laguna teve um período áureo econômico e urbano, principalmente após o ano de 1883, com a inauguração da Ferrovia Dona Tereza Cristina, construída para o transporte de carvão escoado através do porto local (IPHAN, 2009).

Apesar desses cenários de prosperidade, ambos os lugares passaram por momentos de estagnação ao longo do tempo, o que se refletiu na pouca especulação imobiliária e decorreu na permanência de muitos prédios de valor histórico e estético nos dois centros urbanos. Quando em crescimento, as antigas edificações eram substituídas por prédios novos, muitas vezes de menor qualidade formal e artística daqueles demolidos. Quando em recessão, parte desses bens se deterioraram pela falta de manutenção e tornaram-se ruínas (IPHAN, 2009; RIBEIRO, 2013). Assim, muitos exemplares arquitetônicos das linguagens luso-brasileira, historicista eclética e *art déco* desapareceram, os que restaram hoje integram os patrimônios culturais das duas cidades.

O problema formulado durante a investigação aponta para a hipótese de que é possível afirmar que foram os períodos de estagnação que contribuíram para que Laguna e Pelotas mantivessem um conjunto de edificações de interesse patrimonial, levando à identificação de áreas mais fortemente historicizadas e, por conseguinte, ao reconhecimento dos dois aglomerados urbanos como “cidades históricas”.

Percebe-se que as gestões da conservação desses patrimônios resultaram em medidas preservacionistas diferenciadas. No caso de Laguna, a Poligonal de Tombamento em nível Federal é a mais restritiva com relação às interferências nos prédios antigos, e tende à conservação eficiente do todo. No entanto, ao considerar as edificações nos espaços públicos de modo isolado, há indícios de descaracterização, principalmente das linguagens arquitetônicas. Em Pelotas, a descaracterização também está presente, mesmo havendo a proteção individual dos edifícios históricos localizados nas ZPPCs, e desqualificam a integridade do conjunto edificado.

Logo, problematiza-se o objeto da dissertação em diferentes questões: Quais foram as principais políticas e ações que fundamentaram a gestão da conservação? Há estratégias comuns de gestão? O conjunto normativo de proteção tem papel preponderante nesta preservação/conservação e, por consequência, da manutenção das linguagens arquitetônicas existentes?

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa é fundamental a definição dos recortes – espacial e temporal. O primeiro, recorte espacial, enfoca as zonas urbanas já definidas pelas políticas de conservação desenvolvidas nos dois locais investigados. No caso de Laguna, é delimitada ao bairro nomeado “Centro Histórico”, que coincide com a Poligonal de Tombamento Federal instituída pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em 1985. Na cidade de Pelotas, é restrita ao também designado “Centro Histórico”, delimitado pelas Zonas de Preservação do Patrimônio Cultural – ZPPCZ 1 e 2 – determinadas pela Prefeitura Municipal através da Lei nº 4568, do ano 2000.

Quanto ao recorte temporal, a análise enfoca o período compreendido entre os anos de 1985 e 2017. A primeira data corresponde ao tombamento Federal do sítio histórico de Laguna. Durante este intervalo de tempo tiveram início e se ampliaram as ações das gestões de conservação desenvolvidas pelo escritório do IPHAN, instalado em Laguna em 1985, e pela Secretaria Municipal de Cultura (SECULT), criada pelo Governo Municipal pelotense em 2001.

2. METODOLOGIA

O trabalho está sendo desenvolvido em duas etapas simultâneas, a pesquisa bibliográfica e a de campo. A primeira fundamentada em bibliografia especializada nas áreas de história e da arquitetura, como também nas diretrizes legais estabelecidas pelos órgãos competentes das duas cidades. A segunda efetuada através de visita técnica às áreas urbanas elencadas, para a seleção e para os registros fotográficos dos edifícios selecionados.

A próxima etapa se constitui na coleta de dados realizada in loco nos órgãos relacionados à preservação de ambas as cidades – inclusive através de entrevistas com os técnicos – para a obtenção de informações referente aos processos de intervenção, níveis de proteção das edificações e eventuais dúvidas quanto ao conjunto normativo, assim como para a análise da relação entre as esferas públicas envolvidas:

- em Laguna: Escritório Técnico do IPHAN em Laguna; Fundação Catarinense de Cultura (FCC); Prefeitura Municipal de Laguna; Fundação Lagunense de Cultura.

- em Pelotas: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE); Prefeitura Municipal de Pelotas; Secretária de Cultura de Pelotas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, a pesquisa focou na constituição e no reconhecimento do patrimônio edificado, de ambas as urbes, através do estudo do desenvolvimento histórico e econômico. Esta etapa foi fundamental para averiguar a influência dos momentos econômicos nas linguagens arquitetônicas presentes nos centros históricos, destacando para a luso-brasileira, eclética e *art déco*.

Em seguida, a análise das principais ações para a preservação dos bens patrimoniais edificados – referentes às três esferas públicas: Federal, Estadual e Municipal – demonstrou que a gestão da conservação tem se caracterizado pela criação e implantação de instrumentos normativos de proteção, sem maior articulação entre as distintas instâncias. Confirma-se isso com a centralização por parte do Escritório Técnico do IPHAN em Laguna, e a SECULT em Pelotas.

Já a análise preliminar das edificações escolhidas apontou para a descaracterização arquitetônica, o que marca o descumprimento dos sistemas normativos vigentes.

Assim, até o momento, o estudo de ambos os casos leva à hipótese de que a gestão da conservação tem se caracterizado pela criação e implantação de instrumentos normativos de proteção, sem maior articulação entre as distintas instâncias de poderes gestores e sem correspondência e integração com as demais políticas e ações urbanísticas, resultando na descaracterização das particularidades das linguagens arquitetônicas presentes nas caixas murais dos prédios, tanto em Laguna como em Pelotas, nos recortes anteriormente citados.

No entanto, essa falta de articulação não é o principal motivo das descaracterizações perceptíveis nos dois conjuntos urbanos. Concluiu-se, até então, que o sistema normativo de Pelotas apresenta ferramentas capazes de proteger a edificação. O problema está na submissão dos projetos de intervenção. Já em Laguna, a maior dificuldade está no caráter subjetivo aplicado pelo ET-IPHAN, na aprovação dos processos de intervenção.

Outra problemática são as ações para a preservação, que muitas vezes não encontram nas comunidades o sentimento de pertencimento e o interesse dos indivíduos para a salvaguarda destes bens. Isso pode decorrer dos meios como são impostas essas interferências. Da necessidade de atividades que exaltem a importância da conservação em cada urbe estudada.

4. CONCLUSÕES

Como ainda está em desenvolvimento, principalmente no que se refere à escolha das edificações e, conseqüentemente, sua análise conforme o sistema normativo vigente, a pesquisa caminha para a confirmação da hipótese.

Após isso, será possível empreender uma análise crítica e comparativa da gestão da conservação entre as duas cidades, salientando as diferenças entre o que é realizado pelo Escritório Técnico do IPHAN em Laguna e a Secretaria de Cultura em Pelotas, ou seja, proteção Federal *versus* proteção Municipal.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GUTIERREZ, E. J. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Pelotas: Ed. UFPel, 1993.

IPHAN. **Artes do mar**: Laguna/SC. Brasília, DF: Iphan/Programa Monumenta, 2009.



MAGALHÃES, M. O. **Opulência e cultura na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Editora da UFPel e Livraria Mundial, 1993.

RIBEIRO, F. M. T. **Políticas públicas referentes ao patrimônio cultural edificado na cidade de Pelotas, RS**: o caso da isenção do IPTU. 2013. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SANTOS, C. A. Á. **Ecletismo na fronteira meridional do Brasil** (1870-1931). 2007. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.